

BRASÍLIA: MORADIA E EXCLUSÃO



Taguatinga →
RETORNO

↑ Aterro Sanitário

ALDO PAVIANI (ORG.)

Coleção Brasília

EDITORA



UnB



BRASÍLIA: MORADIA E EXCLUSÃO

Autores:

Aldo Paviani (organizador)

Benny Schvasberg
Brasilmar Ferreira Nunes
Ignez Costa Barbosa Ferreira
Luciana de Barros Jaccoud
Luiz Alberto de Campos Gouvêa
Maria Salete Machado
Nair Heloísa Bicalho de Sousa
Nelba Azevedo Penna
Patrícia Colela Doyle
Paulo Castilho Lima
Ricardo Stumpf Alves de Souza
Sandra Beatriz Zarur
Zilda M. Santos

BRASÍLIA — MORADIA E EXCLUSÃO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Cláudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

Aldo Paviani
(organizador)

BRASÍLIA

MORADIA E EXCLUSÃO

NEUR
Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais

CEAM
Centro de Estudos Avançados
Multidisciplinares da UnB



Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS Q.02 - Bloco C - N^o 78 - Ed. OK - 2^o andar
70300-500 - Brasília - DF
Fax: (061) 225-5611

Copyright © 1996

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da editora.

Impresso no Brasil

EDITOR

MARCELO CARVALHO DE OLIVEIRA

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

CECÍLIA SHIZUE FUJITA DOS REIS

REVISÃO

REJANE DE MENESES E YANA PALANKOF

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

JOELITA DE FREITAS ARAÚJO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

RAIMUNDA DIAS

CAPA

CARLOS MAGNO DO AMARAL, com fotos de **ANDRÉ ABRAHÃO**

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0420-3

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central
da Universidade de Brasília

B823 Brasília, moradia e exclusão / Aldo Paviani (organizador). — Brasília :
Editora Universidade de Brasília, 1996. *OK*.
250 p.

1. Planejamento do espaço urbano. 2. Urbanismo. I. Paviani, Aldo
(organizador).

CDU - 711.4(817.4)

SUMÁRIO

Notas sobre os autores 7

Prefácio 11

Brasilmar Ferreira Nunes

Apresentação 17

Aldo Paviani

HABITAÇÃO: HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES E ESPAÇO URBANO

Habitação: novos enfoques e perspectivas 27

Ricardo Stumpf e Zilda M. Santos

Taguatinga: uma história candanga 53

Nair Heloísa Bicalho de Sousa, Maria Salete Machado e Luciana de Barros Jaccoud

Vila Planalto: um caso de resistência popular 81

Sandra Beatriz Zarur

Comercialização de habitações populares em Brasília 115

Patrícia Colela Doyle

Habitação e urbanização popular: os recursos do trabalhador?

A apropriação da “fonte de Manon” em Brasília 139

Benny Schvasberg

GESTÃO URBANA, TRABALHO E EXCLUSÃO

A especulação imobiliária em Brasília e a hipótese do uso da contribuição de melhoria 169

Paulo Castilho Lima

Brasília: novos rumos para a periferia 189

Ignez Costa Barbosa Ferreira e Nelba Azevedo Penna

A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? 213

Aldo Paviani

Habitação e emprego: uma política habitacional de interesse social 231

Luiz Alberto de Campos Gouvêa

NOTAS SOBRE OS AUTORES

ALDO PAVIANI, gaúcho, geógrafo, livre-docente (UFMG, 1977), professor titular, docente do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília desde 1969. Organizador das coletâneas *Brasília, ideologia e realidade* (1985), *Urbanização e metropolização* (1987), *Brasília, a metrópole em crise* (1989), *A conquista da cidade* (1991), *Cadernos do Ceam/Neur*. Ex-coordenador de pesquisas do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur), ex-diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (Ceam-UnB). Consultor do PADCT/MCT, onde coordena o GT do Subprograma Ciamb (Ciências Ambientais). Diretor do Instituto de Ciências Humanas. Dedicar-se a pesquisas sobre o processo de urbanização em áreas metropolitanas.

BENNY SCHVASBERG, arquiteto, mestre em planejamento urbano (UFRJ, 1989) e doutor em sociologia urbana (UnB, 1993). Professor adjunto do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e pesquisador do Neur/Ceam. Dedicar-se ao estudo da habitação e urbanização popular. Desenvolve pesquisa sobre os impactos de alocação espacial dos equipamentos coletivos no processo de urbanização, como subsídio ao planejamento e ao desenho urbano.

IGNEZ COSTA BARBOSA FERREIRA, carioca, licenciada e bacharel em geografia (UFRJ, 1960), com especialização em geografia na Universidade de Paris-França (1962) — diploma de “Expert-Geographe”. Geógrafa do Conselho Nacional de Geografia — IBGE (1961-1967). Professora (Adjunto 4) aposentada da Universidade de Brasília. Atualmente é pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur/Ceam) da Universidade de Brasília. Tem desenvolvido pesquisas voltadas para problemáticas da urbanização e do planejamento urbano, com diversos trabalhos publicados sobre esses temas em periódicos e como capítulos de livros.

LUIZ ALBERTO DE CAMPOS GOUVÊA, mineiro, morador de Brasília há mais de vinte anos. Arquiteto especializado em planejamento

habitacional e mestre em planejamento urbano (UnB, 1988). Participou, entre 1980 e 1991, como arquiteto do GDF, na elaboração de vários projetos urbanos e de trabalhos de planejamento urbano. Ex-professor de urbanismo da PUC/Goiás e da Unesp/Rio Claro. Colaborou na coletânea *A conquista da cidade* com o artigo “A capital do controle e da segregação social” (1991). É professor na Universidade de Brasília, diretor do Sindicato dos Arquitetos do DF e assessor de várias associações de moradores de Brasília. Desenvolve pesquisa sobre a forma urbana e o meio ambiente para o doutoramento em estruturas ambientais urbanas da Universidade de São Paulo.

LUCIANA DE BARROS JACCOUD, carioca, socióloga (UnB, 1981), mestre em sociologia (UFPE, 1986). Atualmente, está cursando o Programa Doutorado em Políticas Sociais na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. É autora de *Na lei ou na marra: movimentos sociais em crise política em Pernambuco 1955-1968* e co-autora do livro *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*, no qual colaborou com o artigo “Lutas sociais: populismo e democracia — 1960/1964”.

MARIA SALETE MACHADO, gaúcha, socióloga graduada pela UFRGS (1972), mestre em sociologia (UnB, 1977) e doutora em sociologia (USP, 1989). É professora do Departamento de Sociologia da UnB, coordenadora da linha de pesquisa sociologia urbana, no curso de graduação e no programa de pós-graduação. Participante da Anpocs, no grupo Lutas Urbanas, com trabalhos a respeito do “Estado e movimentos sociais”, “A violência urbana”, “Violência e meninos de rua no DF”. Publicou, recentemente, “Leitura da cidade: Rubem Fonseca e a violência urbana”, na revista *Cerrados*, Brasília, Editerra Editorial.

NAIR HELOÍSA BICALHO DE SOUSA, paulista, bacharel em ciências sociais (USP, 1972), mestre em sociologia (UnB, 1978) e doutora em sociologia (USP, 1994). Participa, como pesquisadora, dos seguintes núcleos do Ceam-UnB: Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos; Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais e Núcleo de Estu-

dos do Brasil Contemporâneo. Está vinculada ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e tem colaborado como professora convidada no mestrado em administração da UnB. É autora de *Construtores de Brasília*, Vozes, 1983, e co-autora de, entre outros livros, *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (UnB, 1991) e *Introdução ao direito do trabalho* (1993).

NELBA AZEVEDO PENNA, gaúcha, bacharel em geografia (UFSM), mestre em planejamento urbano (FAU/UnB, 1991) com a dissertação *Política urbana: a ação do Estado no Distrito Federal*. Presentemente é professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, doutoranda em geografia (USP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur/Ceam-UnB), desenvolvendo pesquisas na linha de urbanização e planejamento urbano.

PATRÍCIA COLELA DOYLE, mineira, residente em Brasília desde 1958. Graduou-se em sociologia e ciências políticas pela UnB (1977). Mestre em planejamento urbano (FAU/UnB, 1991). Funcionária do governo do Distrito Federal, atualmente é assessora na Câmara Legislativa. Área de interesse: habitação popular, planejamento urbano, uso e ocupação da terra.

PAULO CASTILHO LIMA, carioca, arquiteto formado pela Universidade do Brasil/Rio de Janeiro (1962), mestre em planejamento urbano (UnB, 1991). Professor assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur/Ceam-UnB).

RICARDO STUMPF ALVES DE SOUZA, nasceu no Rio de Janeiro, em 1951. Arquiteto (UFRGS, 1981), com especialização em desenho urbano (UnB, 1984). Desenvolveu projetos na área de habitação popular em Porto Alegre/RS, Lages/SC, Itabuna/BA e Ceilândia/DF. Livros publicados: *Repensando a arquitetura* (Thesaurus, 1985) e *Contra-correnteza* (Thesaurus, 1993). Professor da UnB em 1994, nas disciplinas funções complexas e problemas especiais — habitação popular.

SANDRA BEATRIZ BARBOSA DE CERQUEIRA ZARUR, bacharel em ciências sociais (UnB, 1978), mestre em planejamento urbano (UnB, 1991), SPURS Fellow do MIT 1991/92, mestre em planejamento regional e políticas públicas (MIT, 1993). Foi diretora da Divisão de Pesquisa do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF. Pesquisadora do Neur/Ceam-UnB e chefe do Núcleo de Informações Sociais do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IP/DF). Defendeu as dissertações: *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília* e *From bad to good government: the case of three local governments in Ceará, Brazil*. Áreas de interesse: movimentos sociais, desenvolvimento de comunidades, planejamento participativo, desenvolvimento regional, administração municipal e políticas públicas.

ZILDA MARIA DOS SANTOS, carioca, arquiteta (UFRJ, 1964), com mestrado na Coppe (UFRJ, 1986). Participa de projetos de habitação popular desde 1964 (Brás de Pina-RJ). Em Curitiba, desenvolveu os planos diretores de Maringá e Paranaguá, trabalhando ainda na Cohab-CT. Na Cohab-Volta Redonda desenvolveu conjuntos habitacionais em Três Rios, Resende, Volta Redonda e Cachoeira Paulista. Em 1973, no BNH, participou da montagem dos projetos Cura e Promorar/Rio. Professora de projeto na Fundação Rosemar Pimentel, Barra do Pirai, Santa Úrsula e UFF. Atualmente, ministra a disciplina problemas especiais — habitação popular na FAU/UnB.

**HABITAÇÃO:
HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES E ESPAÇO
URBANO**

TAGUATINGA: UMA HISTÓRIA CANDANGA

Nair Heloísa Bicalho de Sousa

Maria Salete Machado

Luciana de Barros Jaccoud

Introdução: memória e esquecimento — parâmetros para a reconstituição da história de Brasília

A memória e o esquecimento são eixos da formação histórica de indivíduos, grupos e classes sociais assinalados por uma forte disputa de poder. A história de Brasília integra essa dualidade, tendo em vista a figura do Estado como elemento central desse projeto urbanístico. Em determinadas sociedades, representantes dos interesses dominantes assumem a tarefa de manter vivos na sua memória certos eventos, valores, crenças e práticas que garantam sua permanência na esfera do poder. Por outro lado, muitas vezes tornam-se os responsáveis pela eliminação de qualquer memória coletiva relacionada aos movimentos populares que, de alguma forma, possam prejudicar ou impedir a efetivação de sua dominação.

Le Goff¹ compreende a *memória coletiva* como parte “das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”. Nesse circuito do poder, ocorre, em algumas ocasiões, certa manipulação da memória, como uma forma de favorecer a formalização de uma tradição desenraizada das suas origens populares e sustentadora de práticas de mando desvinculadas de processos reais de luta das classes subalternas.

Nesse sentido, a democratização da memória torna-se uma proposta com bases fundadas no resgate da história popular, pela qual

¹ “Memória/História”, em *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, p.19.

uma determinada sociedade se apropria de seu passado para melhor escolher os passos a serem dados no presente. Povo sem memória torna-se incapaz de julgamento de seus governantes e perde a força para construir uma sociedade pautada nos interesses da maioria.

Nora² aponta o fato de a história e a memória estarem fundidas e se desenvolverem como modelo de rememoração, anamnese e memorização. A chegada da “mídia”(rádio e televisão) passa a fabricar uma história imediata, construída por esses meios de comunicação, tornando-a alvo de pressão das memórias coletivas. No seu projeto de uma história “nova”, pautada na memória coletiva, há uma recusa à temporalidade linear e um convite aos “tempos vividos múltiplos”, onde ocorre o entrelaçamento do indivíduo com o coletivo. Assim, elege o Estado, os meios sociais e políticos, e as comunidades de experiência histórica como portadores de registros históricos capazes de realizar diferentes usos da memória.

Retornando a Le Goff, concordamos com a articulação entre memória, classes sociais e poder. Aliás, como ele assinala, a memória coletiva “não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, essa manifestação da memória”(p. 46).

No caso brasileiro, a memória coletiva está em processo de construção. Diversos trabalhos escritos desde o início do século, especialmente a historiografia sobre a classe operária e movimentos populares, vêm criando uma memória escrita que passa ao patrimônio das próprias classes subalternas. Esse é um movimento lento, reconstituindo caso a caso os inúmeros eventos significativos para a memória coletiva.

Em Brasília, essa tarefa recém-começou. Alguns testemunhos pessoais, teses e artigos vêm paulatinamente configurando um acervo histórico à disposição da comunidade local, ainda que recoberto de lacunas importantes. Este trabalho se propõe a resgatar o recente passado brasiliense, a partir de informações da imprensa local, de publi-

² “Memoire collective”, em Le Goff, Chartier e Revel (orgs.), *La nouvelle histoire*.

cações diversas e de testemunhas da história social de Taguatinga, de modo a contribuir para evitar o retraimento de uma memória hoje depositada em candangos envelhecidos, cujo risco de perda significaria um enorme silêncio irrecuperável sobre a história local.

O levantamento de dados sobre Taguatinga está apoiado em duas fontes. Uma pesquisa junto ao *Correio Braziliense* no período de maio de 1960 a março de 1964, realizada por auxiliares de pesquisa,³ levantando todos os movimentos populares ocorridos na área rural e urbana do município. Esse material foi complementado por um trabalho de campo preliminar junto a informantes que presenciaram a constituição da Vila Matias, combinando desde conversas informais com moradores até entrevistas com pessoas que tiveram uma participação direta no movimento de fixação, tal como é o caso de Raimundo Matias, o fundador da vila batizada com o seu nome. Apesar das enormes dificuldades na localização dos informantes, acrescidas pelo fato de parte deles já terem falecido, os dados coletados, mesmo fragmentários, contribuem para a reconstituição da história social da cidade.

Brasília: projeto e realidade

Um primeiro olhar sobre Brasília desperta para a obra arquitetônica aqui construída, com certo porte monumental, presa à proposta do urbanismo produtivista e do taylorismo.⁴ Na palavra de um de seus fundadores,⁵ já se anteviam, desde o início de sua criação, as desigualdades sociais aqui reproduzidas:

Sentíamos que a atmosfera procurada já estava presente, uma atmosfera de digna monumentalidade, como uma capital requer

³ Registramos aqui nosso agradecimento especial a Maria do Socorro Gonçalves de Macena e Emília Uchoa Botelho pela dedicação e qualidade do material pesquisado.

⁴ Bicca, "Brasília: mitos e realidade", em A. Paviani, *Brasília: ideologia e realidade*, p. 129

⁵ Niemeyer, *Minha experiência em Brasília*, pp. 56-57.

(...). Pensávamos em tudo isso, como se a obra já estivesse realizada, antevendo a cidade pronta (...). Constrangia-nos apenas verificar que aos operários seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os, como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as demais crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar.

Sábias palavras de um idealizador, cuja proposta era revestida de um socialismo romântico, como se fosse possível preservar Brasília do processo capitalista seletivo e segregador que se apresentava nas outras capitais do país.⁶ Como avaliou Paviani,⁷ as intenções de igualitarismo não foram atingidas, uma vez que o urbanismo local absorvia e repetia o padrão das cidades brasileiras. Assim, as formas arquitetônicas e o desenho urbano do Plano Piloto demonstraram ser incapazes de superar a lógica da urbanização capitalista.

Foi a partir dessa realidade social, econômica e política impondo-se ao projeto arquitetônico que se delinearam os problemas de fixação de um imenso contingente migrante aqui chegado para participar da obra de construção da nova capital. Trabalhadores sem emprego e com esperança de melhoria de vida dirigiram-se maciçamente para o grande canteiro de obras de Brasília, confiantes em certa estabilidade de vida e na possibilidade de realizar algum projeto familiar. “Candangos”, como foram chamados logo de início, uma denominação própria dos construtores da capital, arranjavam-se nos alojamentos das obras sob estreita vigilância da empresa ou improvisavam moradias em “barracos de madeira velha, latas, folhas de zinco e sacos de cimento”.⁸ Como destaca Ferreira,⁹ desde seu início, Brasília teve um papel de cidade-frente pioneira, exercendo forte atração sobre as cor-

⁶ Conforme registra Holston (*A cidade modernista*, p. 205), “mesmo antes de sua inauguração, Brasília era uma cidade estratificada, onde a incorporação diferencial era condição fundamental de sua organização social”.

⁷ “Brasília: metropolização com periferização”, *Ciência e Cultura*, 40 (11): 1093.

⁸ Epstein, *Brasília: plan and reality*, p. 67.

⁹ “O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília”, em Paviani (org.), *Brasília: ideologia e realidade*, p. 50.

rentes migratórias em busca de um mercado de trabalho volumoso e estável.

Um dos eixos da grande obra foi a proliferação de acampamentos, alguns deles por iniciativa das construtoras (caso da Vila Planalto, voltada para a construção do conjunto da Praça dos Três Poderes, e Vila Paranoá, destinada à edificação da barragem com este nome), além de outros (Vila Amauri, Sacolândia, etc.) de caráter espontâneo, como formas improvisadas de fixação das famílias migrantes. Eram alternativas imediatas, sem qualquer planejamento por parte da Novacap,¹⁰ que marcavam desde o início a presença dos excluídos¹¹ no projeto da nova capital do país.

Nessa mistura entre o planejamento urbano imbuído do mito da vida social igualitária e a realidade dos excluídos do direito à moradia, multiplicavam-se os acampamentos e as favelas da cidade, dentro de um processo de ocupação do espaço urbano marcado por lutas sociais. Conforme analisa Paviani,¹² a urbanização de Brasília contém uma contradição entre o planejamento urbano e a construção injusta do espaço, expressa pelos diferentes movimentos sociais ocorridos ao longo das últimas três décadas. A *lógica da periferização*, presente nas diversas remoções governamentais de favelas e acampamentos, atua também em sentido contrário, elitizando a parte central do projeto urbano (área do Plano Piloto). Nesse sentido, a urbanização do DF

¹⁰ Órgão do governo local responsável pela construção da nova capital.

¹¹ A questão da exclusão social é um tema presente há várias décadas na sociedade brasileira. A fragilidade de um espaço público democrático na história do país, combinada com a implementação de um modelo econômico excludente pelos governos militares do pós-1964, resultou no agravamento das condições de vida da maioria da população brasileira, chegando em nossos dias à configuração de um chamado "apartheid social" tal como analisado por Cristovam Buarque (*A desordem do progresso*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; *O colapso da modernidade brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991; e *O que é apartação*, São Paulo, Brasiliense, 1993), Elimar Nascimento ("Exclusão: a nova questão social", revista *Proposta - Fase*, nº 61, jun. 1994; e "O fenômeno da exclusão social no Brasil", revista *Educação a Distância*, Ined, Ano II, nº 3, jun. 1993) e Nair H. Bicalho de Sousa (*Trabalhadores pobres e cidadania*, tese de doutorado, USP, 1994).

¹² "A construção injusta do espaço urbano", em Paviani (org.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*, p. 123.

adquire um perfil socioespacial segmentado e segregado: de um lado, o chamado “espaço dado”, onde predomina o controle, o assistencialismo e o paternalismo, e de outro o “espaço conquistado”, fruto dos movimentos das classes populares por melhores condições de moradia, infra-estrutura e transporte. Por outro lado, Ammann¹³ ratifica a idéia do espaço concedido *versus* o espaço proibido, ao analisar o processo de transferência dos favelados das vilas IAPI, Tenório, Bernardo Saião, Esperança e Morro do Querosene para a cidade-satélite de Ceilândia, a partir de março de 1970, uma vez que se opunham ao projeto urbanístico de Brasília, rompendo sua harmonia e comprometendo sua beleza arquitetônica, além de se constituir em uma ameaça à saúde dos moradores do Plano Piloto.

A presença de favelas e acampamentos dispersos durante a construção da cidade exigia um núcleo urbano com uma rede de bens e serviços¹⁴ destinados a suprir as demandas econômicas, sociais e pessoais de seus moradores. Ribeiro¹⁵ constata a partir daí o surgimento da Cidade Livre, cuja função básica era prover serviços básicos para a população: lojas, bares, feiras, restaurantes, pontos de venda de material de construção, etc. A regra era a isenção de impostos, sendo que os lotes deveriam ser devolvidos na data da inauguração do Plano Piloto. As construções em madeira refletiam o caráter provisório desse núcleo urbano, onde o crescimento desordenado dos barracos sem correspondente infra-estrutura resultava em incêndios súbitos, momentos de verdadeira tragédia social.

Esse núcleo urbano provisório foi o centro da vida social do início de Brasília, em que as redes pessoais eram formas seguras para garantir emprego, moradia e algum dinheiro emprestado. Uma vida comunitária pautada no entrelaçamento de interesses solidários canalizados para a construção da nova capital, que acabaram resultando no

¹³ “Excluídos sim, invasores não”, em Paviani (org.), *Urbanização e metropolização*, pp. 110-111.

¹⁴ Quinto e Iwakami, *Brasília: o canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração*, p. 7.

¹⁵ “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades-satélites”, *Espaço e Debates*, nº 6, p. 115.

movimento de fixação e urbanização da cidade.¹⁶ Ao invés do arranjo provisório, a comunidade decidiu lutar pela sua permanência por meio de um movimento social significativo, que acabou vitorioso com o Decreto-Lei nº 4.020, sancionado por João Goulart.

A experiência da Cidade Livre foi a primeira na rede de cidades-satélites que caracteriza o traçado geográfico do DF hoje. Como diz Vesentini,¹⁷ ao tratar da relação entre Plano Piloto e cidades-satélites, o plano original da cidade, as segregações e as contradições espaciais de Brasília espelhavam de certa maneira as relações vigentes no conjunto da sociedade brasileira. Os inúmeros movimentos reivindicatórios que eclodiram nas cidades-satélites, desde o início de sua implementação, são a expressão mais evidente das carências básicas às quais ficaram submetidas dentro da lógica do planejamento urbano *versus* periferação.¹⁸

Neste trabalho, a idéia de reconstituir a história de Taguatinga, como um *espaço social de lutas*,¹⁹ configura o eixo central da pesquisa, buscando na experiência dos movimentos populares locais a recuperação de uma memória inexistente. É uma tentativa de contrapor, a uma cidade planejada, ordenada e controlada, a marca histórica de seus habitantes reais, contribuindo assim para a elaboração de uma memória coletiva, plena de recordação. Ao retratar os acontecimentos políticos e sociais dos quais foram testemunhas, suas lembranças do passado conseguem se sobrepor à memória “oficial celebradora, que expropria o sentido e a verdade das primeiras”.²⁰

¹⁶ A esse respeito, ver Nair H. Bicalho de Sousa, “O movimento pró-fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista”, em Aldo Paviani (org.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*.

¹⁷ *A capital da geopolítica*, p. 12

¹⁸ De acordo com Kowarick e Bonduki (1988:136), a redemocratização do país a partir de 1945 trouxe à tona a questão da incorporação das massas urbanas aos benefícios sociais. Em São Paulo, a emergência de movimentos populares nos bairros reivindicando serviços básicos configurou uma prática generalizada até 1964, onde o Estado era considerado o responsável pelo seu suprimento. Nessa fase, ocorre a chamada “consolidação do padrão periférico de crescimento urbano”, da qual Brasília não poderia escapar.

¹⁹ Kowarick, *As lutas sociais e a cidade*, p. 24.

²⁰ Matos, “A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças”, *Espaço e Debates*, 7: 51.

Taguatinga: o imprevisto do plano urbanístico e a pressão popular

O crescimento da cidade é que ocorreu de forma anômala. Houve uma inversão que todos conhecem, porque o plano estabelecido era para que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500 a 700 mil habitantes. Ao aproximar-se desses limites, então, é que seriam planejadas as cidades-satélites, para que essas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas, arquitetonicamente definidas. Esse era o plano proposto. Mas ocorreu a *inversão*, porque a população a que nos referimos (os candangos) aqui ficou, e surgiu o problema de onde localizá-la (...). Daí a criação dos núcleos periféricos, para transferir as populações, dando terreno para que se instalassem de uma forma ou de outra. Como consequência, os núcleos transformam-se em verdadeiras cidades, as chamadas cidades-satélites, que tomaram o lugar das cidades-satélites que deveriam ocorrer. Assim, as cidades-satélites anteciparam-se à cidade inconclusa, cidade ainda arquipélago, como estava – agora já mais adensada mas ainda não-concluída. A cidade ainda está oca. Entretanto, dois terços da população de Brasília mora nessa periferia, o que foi, naturalmente, desvirtuamento.²¹

Essa postura no sentido de assumir a existência de uma distorção do plano urbanístico com a construção improvisada das cidades-satélites, por parte de um representante oficial, é um reconhecimento da presença dos excluídos do projeto original e que se impuseram a partir da realidade econômica e social do país. Não havia espaço para a massa miserável das várias regiões, especialmente do Nordeste, fortemente assolado por uma grande seca no ano de 1958, no projeto arquitetônico da cidade. Aliás, desde o início foram pensadas as cidades-satélites como áreas urbanas segregadas do núcleo central (Plano Piloto), onde deveriam habitar os segmentos sociais mais pobres.

²¹ Costa, "Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília", *I Seminário de Estudos Urbanos de Brasília*, p. 26.

Diversos estudos publicados sobre Brasília²² confirmam as colocações de Lúcio Costa, reconhecendo que a grande massa de trabalhadores, responsável pela construção da nova capital, não voltou ao seu local de origem após a inauguração da cidade. Nesse sentido, o plano implodiu, ou seja, foi desdobrado em novas cidades-satélites onde hoje vive em torno de 70% da população do DF.

O cenário social do cotidiano brasiliense no final dos anos 1950 foi composto por uma proliferação de favelas, aqui denominadas “invasões” pelas autoridades governamentais, as quais se localizaram, de modo geral, próximas ao principal núcleo urbano, a Cidade Livre. Dessa forma, a administração local representada pela Novacap foi obrigada a encontrar soluções imediatas que pudessem fazer frente ao problema social grave daí advindo. A criação de Taguatinga, a primeira cidade-satélite oficialmente constituída, é um exemplo disso.

Para Oliveira,²³ Taguatinga foi precocemente formada para dar abrigo aos moradores da favela Sara Kubitschek, instalada na rodovia Brasília—Anápolis, tornando-se modelo para as demais cidades-satélites, implementadas posteriormente. A grande dificuldade foi selecionar os recebedores de lotes na nova urbe, uma vez que estava previsto o acesso a eles apenas para trabalhadores e servidores de baixa renda, e muitos favelados estavam excluídos desses critérios formais. Assim, a cidade já nasce com as chamadas “invasões” (Vila Dimas e Vila Matias), pois havia muitos sem-teto que não se adequavam à legalidade instituída para a distribuição dos lotes, ou seja, a cidade forjava já no seu nascimento a desigualdade social como um critério básico a partir do qual se selecionariam os agraciados pelo benefício do lote (prestações a serem descontadas no momento da compra definitiva do terreno) e os sem-teto, para quem a criação de Taguatinga era apenas uma mudança geográfica de sua condição de excluídos.

²² James Holston, *A cidade modernista: Atitude – Revista Laboratório*, Departamento de Comunicação, 1º semestre de 1989; José William Vesentini, *A capital da geopolítica*; Aldo Paviani (org.), *Urbanização e metropolização*.

²³ “Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia”, em Paviani (org.), *Urbanização e metropolização*, pp. 132-133.

Nessa versão de Oliveira estão presentes alguns elementos fundamentais para compreender o procedimento governamental utilizado no início da nova capital e seus efeitos do ponto de vista econômico-social. Em primeiro lugar, a antecipação dos planos em relação à constituição das cidades-satélites obrigou o governo local a implementar medidas que atendessem à forte pressão por moradia. A venda de lotes na área de Taguatinga para trabalhadores e servidores modestos, após rigorosa pesquisa do Serviço Social da Novacap, acabava por eliminar um número significativo de pretendentes. Isso implicava a formação de uma grande massa de sem-teto, que se via obrigada a recorrer a outros expedientes para enfrentar esse problema.

Os critérios utilizados na seleção dos pretendentes espelha essa situação: seria uma venda com objetivo de constituir uma propriedade familiar, não podendo esta ser vendida, mesmo porque não havia possibilidade de compra definitiva do lote. Nesse caso, a família contemplada deveria ter em mente uma dívida que se prolongaria por anos, até que alguma gestão governamental definisse as condições de compra final. Para isso, era preciso levar em conta a necessidade de certa estabilidade econômico-financeira da célula familiar, de modo que não se perdesse a situação de promitente comprador, ou seja, mantendo em dia o pagamento das prestações. Havia também uma previsão de distribuição de lotes comerciais para pretendente com poucos recursos financeiros, na base de um para cada solicitante, o que de fato exigia uma averiguação empírica para avaliar se essa medida tinha sido devidamente observada na prática.

Nesses dois casos de venda de lotes residenciais e comerciais após enquête da Novacap, havia em jogo elementos de um possível clientelismo que parece ter ocorrido na fase de distribuição, durante o governo de Paulo de Tarso.²⁴ Apesar da lacuna de informações a esse respeito, é possível indagar sobre a ocorrência de certo favorecimento na escolha dos compradores. Além do mais, o critério que tomava como base o salário do pretendente deve ter exercido forte peso na seleção, pois ficavam de fora desse processo centenas de famílias consideradas inaptas para o compromisso de criar um mercado e uma propriedade imobiliária no DF.

²⁴ Lopes, *Taguatinga tem memória* - 1, p. 55.

Daí as “invasões”, o recurso dos excluídos para permanecerem na área da nova capital, como uma maneira insistente de contribuir para a grande obra, apesar dos inúmeros sacrifícios pessoais. Aliás, consta que durante a transferência da população da Vila Sara Kubitschek para Taguatinga, naquela ocasião uma área desnuda de cerrado sob chuva, ocorreram problemas de doenças e óbitos de familiares dos transferidos. Isso faz parte dos relatos anônimos de candangos que presenciaram essa mudança e testemunharam cenas desconhecidas das páginas brilhantes e elogiosas da magnificência da arquitetura da capital.

Segundo Epstein²⁵ havia uma atitude tolerante das autoridades governamentais diante do processo de favelização crescente no DF. De fato, os limites eram dados pela possibilidade de ameaça à ordem pública local, e a atitude dos seus representantes parecia condizer com a ordem máxima: construir a nova capital a todo custo, a todo preço, dentro do prazo marcado para a inauguração.

Uma circunstância súbita exigiu uma mudança nos planos iniciais. A Vila Sara Kubitschek, um reduto de migrantes nordestinos formado rapidamente numa fase de forte seca, em 1958, passou a se constituir em uma “ameaça pública”. A imprensa poderia noticiar as condições precárias daquela área miserável, favorecendo os opositores à obra de Brasília. Era preciso evitar isso, e buscar uma alternativa que permitisse resolver momentaneamente esse agravante. Daí a proposta da Novacap no sentido de distribuir lotes a trabalhadores e servidores de baixa renda, a um preço razoável, com pagamento a longo prazo.

Apesar da decisão tomada na esfera governamental, a missão não era tão simples nem fácil. Tornava-se necessário convencer os moradores da validade da idéia da *transferência*. Afinal, estavam fixados à beira da Cidade Livre, local de trabalho e comércio, com as facilidades dos diversos serviços ali existentes. Mudar para uma área isolada, sem infra-estrutura básica nem rede de serviços urbanos disponíveis, era uma façanha não muito agradável à maioria.

A transferência tornava-se então uma tarefa proselitista, uma vez que a própria denominação escolhida para a área (Vila Sara Ku-

²⁵ *Op. cit.*, pp. 66-71.

bitschek) tinha sido uma estratégia para evitar a remoção. Conforme narra Silva,²⁶ em torno de quatro mil pessoas tinham se alocado na nova vila em período inferior a oito dias. Informadas da ida de Juscelino para jantar em um restaurante do Núcleo Bandeirante, duas mil pessoas da área, portando cartazes (“Queremos ficar onde estamos”, “Viva o presidente Juscelino”, “Fundamos a Vila Sarah Kubitschek”), foram ao local para pressioná-lo a aceitar a demanda pela fixação. Nesse momento, Ernesto Silva, representante da Novacap, apresentou a proposta de criação de uma nova cidade-satélite, destacando as vantagens do plano para os favelados. No dia seguinte, apresentou a planta da nova cidade e reafirmou a promessa de implementação de infra-estrutura básica no curto prazo, mas “a dúvida e a desconfiança perduravam”. A resistência dos moradores era enorme, e apenas uma família foi transferida nesse dia. À noite, um grupo de cem pessoas manteve o protesto reivindicando a permanência no local, sendo que algumas ameaçaram incendiar o escritório da Novacap. No dia seguinte, novas promessas, seguidas pela implementação de medidas e serviços que pudessem amenizar as agruras do desconforto e do isolamento: materiais de construção, hospital móvel, fossas nos lotes, transporte, rede de água provisória e assistência médica mínima. Com isso, acabaram convencendo-os da mudança, a qual foi concluída em dez dias. Como diz Epstein,²⁷ houve um “processo improvisado” de consolidação, nada similar à meticulosa planificação urbana e arquetônica do Plano Piloto.

A criação da primeira cidade-satélite parece estar envolta em certo medo das elites diante da possibilidade de construir uma nova capital “rodeada por um anel de cabanas proletárias”. Aliás, como bem lembra Epstein,²⁸ esse era o padrão de urbanização das grandes cidades brasileiras, tais como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Esse primeiro impulso foi um indício de que o futuro crescimento urbano poderia se caracterizar com essa tendência. O caso de Taguatinga é um exemplo disso: em 1959 contava com 6% da população total do DF e em 1964, apenas cinco anos depois, já atingia 26%.

²⁶ Lopes, *op. cit.*, pp. 51-54.

²⁷ *Op. cit.*

²⁸ *Op. cit.*

O processo de favelização é analisado por Epstein como o resultado de dois tipos de posse: a *posse defensiva*, resultado imediato para os sem-teto, e a *posse especulativa*, comandada por indivíduos interessados na valorização da terra. Taguatinga também foi um exemplo disso, uma vez que o segundo tipo de posse era comum, ao mesmo tempo em que parte de seus moradores utilizava o primeiro. Epstein atribui às vilas Dimas e Matias um caráter defensivo, sendo que no caso da primeira se torna necessária uma averiguação mais precisa. Com suas ruas secundárias não-pavimentadas, resultando em lama e poeira nas estações de chuva e seca, além de 60% das moradias serem barracos de madeira e apenas 2% das habitações terem “habite-se”, Taguatinga tornou-se a primeira cidade-satélite consolidada, e até hoje é a principal em infra-estrutura e serviços.

Essa questão da posse defensiva e especulativa gerou inúmeros conflitos em Taguatinga. Nesse trabalho, o estudo da Vila Matias é uma primeira aproximação dos problemas enfrentados pelos moradores pioneiros relacionada ao *direito de morar*. Como veremos a seguir, são inúmeras as suas reivindicações em relação aos bens e serviços coletivos, tendo em vista o estado de provisoriedade que marcou a implementação da primeira cidade-satélite.

Taguatinga 1960 — 1964: uma cidade em movimento

A principal questão envolvendo Taguatinga no início dos anos 1960 diz respeito à remoção das favelas próximas ao Núcleo Bandeirante e à fixação de parte dessa população naquela cidade-satélite.²⁹ Ampla discussão foi realizada a respeito da transferência das “invasões”, capitaneada nesse ano pela Associação Comercial e pela Associação dos Habitantes Pioneiros do Núcleo Bandeirante. Defen-

²⁹ Segundo os planos governamentais, no início de 1960 os habitantes das invasões do Núcleo Bandeirante seriam transferidos para Taguatinga e para a futura cidade de Sobradinho, enquanto o comércio seria removido para Taguatinga e para o Plano Piloto.

dendo posições nem sempre convergentes, e algumas vezes até antagônicas, esses movimentos ampliaram o debate e a mobilização da população em torno desse assunto.

Ao mesmo tempo em que esse processo se desenvolvia, as propostas governamentais passaram a acenar com a possibilidade de fixação parcial da população no Núcleo Bandeirante. No entanto, não foram paralisadas as transferências das favelas. Houve protestos dos moradores e as reclamações diziam respeito aos métodos e critérios de transferência, à falta de informações exatas sobre os novos locais e aos problemas que se somavam aos que já existiam: distância do Plano Piloto e falta de serviços básicos.

Os *protestos* contra a ação policial na derrubada dos barracos também foram fortes. A transferência foi realizada, atingindo em junho e julho um total de quarenta barracos por dia. Visando reduzir as resistências, Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro visitaram Taguatinga e Sobradinho naquele mês, garantindo em discurso os serviços públicos indispensáveis. Os problemas eram inúmeros: em Taguatinga, além da falta de água, luz e esgoto, havia lotes entregues que ficavam distantes do centro, e não existia transporte ligando essa área urbana ao Núcleo Bandeirante, onde se concentrava o comércio. Também o processo de venda se tornava um problema, havendo questionamento a respeito dos critérios de transferência e entrega de lotes.

Em agosto, foi anunciado o esgotamento dos lotes demarcados em Taguatinga e destinados à remoção dos favelados do Núcleo Bandeirante. Esse fato parece ter acentuado a disputa pela regularização de lotes, principalmente em áreas também consideradas de “invasão”, especialmente junto à Vila Matias e Vila Dimas. Houve denúncias de ações irregulares de fiscais da Subprefeitura quanto à regularização dos lotes e, em setembro e outubro, notícias veiculadas na imprensa local indicavam o retorno de moradores que haviam sido transferidos para Taguatinga às imediações do Núcleo Bandeirante. No fim do ano, voltaram a ser executadas as ações de transferência do Núcleo Bandeirante para Taguatinga. No entanto, novas “invasões” instalaram-se em Taguatinga, sendo os pontos mais visados a Vila Matias e o Setor da Jube.

No segundo semestre de 1960, acentuaram-se as lutas por infraestrutura urbana, as quais teriam seu desdobramento nos anos seguintes. Entraram em pauta as deficiências dos serviços urbanos de Taguatinga, tratando-se na verdade mais de ausências do que de deficiências. Não havia condições para atender às reivindicações de uma população em crescimento rápido, devido à política de transferência e ao próprio crescimento vegetativo de Brasília. Demandas por falta de água, escola, luz e transporte eram as mais importantes. Em outubro, surgiu um *movimento contra a retirada do motor de abastecimento da caixa d'água*. Liderados pela Associação dos Servidores da Novacap, eles tentaram impedir a retirada do motor, buscando apoio no Congresso Nacional, e saíram vitoriosos nessa luta. O rápido crescimento de Taguatinga já era uma realidade em 1960, e em novembro desse ano passou a se constituir na mais populosa cidade-satélite, superando o Plano Piloto.

Em 1961, continuavam a manifestar-se os dois problemas que em 1960 tinham emergido como os principais: *a regularização dos lotes e as demandas por infra-estrutura urbana*. Quanto ao primeiro ponto, destacava-se o movimento dos moradores da Vila Dimas contra a sua transferência para o Gama, solicitando a sua urbanização e incorporação a Taguatinga. Com uma população de cerca de seis mil pessoas, a Vila Dimas, por intermédio de uma comissão de moradores, iniciava uma negociação com o governo, propondo aceitar sua remoção para Taguatinga desde que lhes fossem entregues lotes definitivos.

Um fato inusitado foi a medida tomada após a posse de Jânio e do novo prefeito do DF, Paulo de Tarso, no sentido de abrir comissões de inquérito nas cidades-satélites para apurar irregularidades das gestões anteriores. Em Taguatinga, esse processo parece ter tido grande impacto, com denúncias de irregularidades quanto à concessão e à regularização de lotes, tendo sido colhidos depoimentos pela polícia local, inclusive de Matias, líder da vila com o seu nome, além de ameaça de demissão de funcionários.

Quanto às *reivindicações sobre a infra-estrutura urbana*, continuavam as demandas em relação à água, esgoto e energia elétrica. Os moradores do centro de Taguatinga reclamavam benefícios para o núcleo, dentre os quais se destacavam o asfalto, a energia, o policia-

mento e o esgoto. Nesse ano, não tiveram destaque notícias sobre as transferências do Núcleo Bandeirante para Taguatinga, exceto no que diz respeito à mudança das oficinas mecânicas e similares para o setor da caixa d'água, o que incentivou a formação de uma associação.

O *desemprego* que vinha crescendo desde a inauguração de Brasília, começou a se tornar um problema social de peso. A Subprefeitura de Taguatinga procurava atender aos desempregados da cidade pelo processo de fichamento e convocação, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Foram definidas medidas no sentido da realização de obras de melhoramento das vias públicas, transporte coletivo e salas de aula, visando empregar trezentos trabalhadores residentes em Taguatinga. Cabe mencionar a criação da Associação Agrícola de Taguatinga ainda nesse ano, demonstrando um certo nível de organização desse setor, mas cuja atuação significativa só ocorreria no ano seguinte.

Em 1962, o *problema de moradia* gerou novas "invasões" de lotes em Taguatinga e inquietações quanto à forma de demarcação daqueles em processo de regularização. Novamente emergiram denúncias quanto às irregularidades dos terrenos urbanos na Subprefeitura, enquanto na Vila Matias os moradores pediam, por meio de memorial, a fixação nesse local. Todos esses problemas, além dos referentes à infra-estrutura urbana, acabavam levando à mobilização dos moradores em algumas ocasiões de forma mais organizada, fato que resultou na criação da Sociedade dos Amigos de Taguatinga, cuja primeira diretoria foi eleita em maio.

Na verdade, o problema das "invasões" em Taguatinga acabou superando outras questões. Em julho, um grupo de pais impossibilitados de efetuar a matrícula de seus filhos nas escolas existentes invadiu lotes para fundar uma escola por conta própria, chegando a formar uma comissão encarregada da sua construção. Além das escolas, o serviço de transporte urbano também se revelou um sério problema para a população daquela cidade-satélite. Em março, devido às ameaças de depredação dos ônibus pelos moradores, que reclamavam do péssimo estado dos veículos, empresas de Taguatinga ameaçavam *lock out*. Em agosto, os motoristas de ônibus deflagraram greve contra a deterioração das estradas. Nesse episódio, a população saiu às ruas para se solidarizar com os motoristas.

Em 1962, tomou impulso a Associação Agrícola de Taguatinga, formada em 1961. Ainda nesse ano, a Câmara dos Deputados discutiu um projeto que assegurava aos agricultores pertencentes à associação a posse dos lotes da colônia do INIC nos limites do DF. Em julho, a associação realizou uma grande reunião visando enfrentar a situação de penúria em que se encontrava o Núcleo Alexandre Gusmão. Foi formada uma comissão de negociação com o governo, e os agricultores, em assembléia permanente, chegaram a ameaçar a cidade com saque. Após vários conflitos envolvendo o Núcleo Alexandre Gusmão e mesmo suas lideranças, a Associação Agrícola de Taguatinga acabou perdendo, em novembro, o direito de intermediar a distribuição de lotes das terras do INIC no Núcleo.

O movimento na área rural envolvendo o Núcleo Alexandre Gusmão continuou em 1963. Em janeiro, líderes sindicais foram ao diretor da Supra inquirir a respeito da perseguição da qual estava sendo vítima um líder camponês do Núcleo. Em abril, anunciou-se a tentativa de organizar uma cooperativa agrícola.

No entanto, o ano de 1963 foi marcado por dois outros problemas. Em primeiro lugar, recrudesceram as *lutas por moradia*. Paralelamente, emergiu em Taguatinga um movimento sindical, que apesar de incipiente já colocava em cena reivindicações de caráter econômico e trabalhista, ganhando destaque a questão do desemprego. Além disso, Taguatinga vivenciou também experiências de “invasões” urbanas. Foram ocupadas as áreas da Caixa Econômica,³⁰ de um clube e da quadra 24, seguidas de tentativa de depredação do escritório de impostos da cidade por populares revoltados com a protelação na solução do problema dos lotes. Esse movimento, com o apoio do diretório do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), teve prosseguimento com a realização de comícios e reuniões com as autoridades. Uma comissão de moradores de Taguatinga propôs ao governo federal a criação de um grupo de trabalho com representantes da população, tendo em vista a busca de resposta para a questão dos lotes. Além disso, ocorreram também “invasões” na faixa sanitária da cidade. As demandas para a solução do problema da regularização do uso da terra urbana em Taguatinga

³⁰ Nessa ocasião, os ocupantes rechaçaram as tentativas de remoção por parte da polícia.

continuaram durante o ano de 1963, sem contar, no entanto, com o empenho governamental.

O movimento estudantil também se expandiu nesse período. No início do ano, alunos dos ginásios da cidade deflagraram greve reivindicando freqüência às aulas por parte dos professores e reclamando da falta de luz. Em agosto, estudantes em manifestação em frente à Subprefeitura protestaram contra o aumento das passagens de ônibus, chegando a atirar pedras nos ônibus da TCB (Transporte Coletivo de Brasília). Quanto às demandas trabalhistas, em janeiro, os carteiros organizados em sindicato encaminharam suas reivindicações às autoridades, promovendo passeata e ameaçando greve. Trabalhadores da limpeza pública reclamavam do atraso e da insuficiência dos salários. Comerciantes e comerciantes negociavam sobre o horário do funcionamento do comércio na cidade. Em julho, foi criado o Movimento Progressista de Taguatinga, com a finalidade de congregar os moradores e levar avante uma luta por melhorias na cidade.

A Subprefeitura realizou certo esforço para contornar o problema do desemprego, o qual no início do ano seguinte se tornaria o grande catalisador das mobilizações populares. Apesar das obras iniciadas nas vias públicas, o governo local não conseguiu frear as fortes *manifestações* que emergiram em março de 1964. Entre 18 e 20 de março teve início um movimento espontâneo dos desempregados, denominado “Turma da Boa Vontade”,³¹ em virtude do não-pagamento de seus serviços prestados à Subprefeitura. O movimento contou com a adesão dos demais desempregados e coincidiu com a eclosão da greve dos trabalhadores da construção civil. As manifestações coletivas dos desempregados tomaram conta de Taguatinga e do Núcleo Bandeirante, sendo que a Esplanada dos Ministérios também foi um dos locais principais das suas manifestações.

³¹ “Turma da Boa Vontade” era uma organização de desempregados da construção civil que decidiu comprar ferramentas e dar início à realização de um trabalho de limpeza das ruas das cidades-satélites, na expectativa de receber uma gratificação da Subprefeitura. Iniciada em Sobradinho com cerca de quatrocentos homens, a idéia espalhou-se chegando a mobilizar em torno de 6.400 trabalhadores desempregados, segundo informações da imprensa local.

Em Taguatinga, na manhã do dia 18, cerca de dez mil pessoas isolaram a cidade do Plano Piloto. O movimento teve início ali, com uma passeata de trabalhadores da construção civil. Transformada em comício, tomou dimensões explosivas, chegando não só a bloquear a estrada para o Plano Piloto, como também realizou uma multiplicidade de manifestações dentro da cidade. Em resposta ao movimento, ainda no dia 18, a Prefeitura de Brasília decidiu pela criação de frentes de trabalho, com a absorção de até trezentos operários por dia, a partir do dia 19, além da possibilidade de adiantamento salarial em forma de gêneros alimentícios. No entanto, nos dois dias seguintes retornaram as manifestações de rua com milhares de pessoas em Taguatinga e no Núcleo Bandeirante. Reuniões realizadas entre lideranças sindicais, populares e autoridades chegaram ao compromisso de instalação de um serviço de triagem e colocação de desempregados, abertura de novas frentes de trabalho e instalação nas cidades-satélites de postos de listagem e encaminhamento dos desempregados às firmas construtoras com contratos de obras em Brasília.

O golpe militar de 31 de março de 1964 silenciou por longos anos essas mobilizações populares dos desempregados, assim como todos os outros movimentos sindicais e populares de Taguatinga e de todo o DF. A partir dessa data, Brasília entrou em um período de amordaçamento político-social, que só seria superado a partir das mobilizações pela redemocratização da sociedade brasileira em 1977.³²

³² A análise a respeito dos diferentes movimentos populares emergentes na sociedade brasileira a partir dos anos 1970 floresceu na década de 1980 com inúmeros trabalhos, dentre os quais se destacam: Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Pedro Jacobi, *Políticas públicas de saneamento básico e saúde e reivindicações sociais no município de SP*, tese de doutorado, USP, 1985; I. Sherer-Warren e Paulo Krischke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo, Brasiliense, 1987; Lúcio Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Vera da S. Telles, *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes*, dissertação de mestrado, USP, 1984; L. A. Machado e A. C. Ribeiro, *Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?*, ANPOCS, mimeo., 1985; Maria Salete Machado, *Estado e movimentos sociais em Natal: Ponta Negra*, tese de doutorado, USP, 1989; Irllys F. Barreira, *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*, Rio de Janeiro, Rio Fun-

Vila Matias: a conquista do direito de morar

Como assinalamos no início deste trabalho, a criação da capital federal ocasionou a vinda de pessoas de diferentes locais do país em busca de emprego e de melhores condições de vida. Ao redor do Plano Piloto aglutinaram-se diversos núcleos habitacionais precários, onde os problemas de moradia e de infra-estrutura básica necessária à sobrevivência da população se acumulavam à medida que eles se expandiam.

A questão da *falta de moradia* levou ao surgimento de vários movimentos sociais pela ocupação de áreas no DF. Conforme assinala Paviani,³³ a luta pela moradia é uma característica da história social de Brasília, desde os movimentos pioneiros do final dos anos 1950. De fato, o *direito de morar*³⁴ tem se constituído em um dos eixos básicos da conquista da cidadania no DF, e Vila Matias é um dos exemplos desses movimentos.³⁵ Na área sul do local onde hoje se localiza a ci-

do, 1992; Maria Célia Paoli, *As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero*, ANPOCS, mimeo., 1990; e Luciana Barros Jaccoud, *Na lei ou na marra: movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)*, Recife, Massangana, 1990.

³³ “Brasília – as duas faces da capital”, em Paviani (org.), *Brasília – a metrópole em crise*, pp. 70-71.

³⁴ A questão do direito de morar é um componente fundamental do processo de construção social da cidadania, a partir da condição de excluídos ao nível social e político, ponto de partida para a luta por direitos não-reconhecidos. Conforme assinalam Sousa Jr. e Santana “O direito à moradia”, *Revista Humanidades*, IV(15):98, “O processo de especificação do direito de morar, dentro da pluralidade de ordenamentos, constitui um espaço de mediação para novos instrumentos jurídicos de intervenção de classes e grupos sociais subalternos e de reconhecimento de novos direitos fundamentais, os quais encontram, em situações conjunturais objetivas, as vias próprias de manifestação”.

³⁵ Vasconcelos (*As cidades-satélites de Brasília*, p. 27) relata o início de Taguatinga: “Os lotes são demarcados quase concomitantemente com a chegada das famílias pioneiras, que são transportadas em caminhões da Novacap, e, num mutirão, são rearmados os barracos de madeira, sacos vazios de cimento e folhas de zinco. Essa azáfama ensejou oportunidade à formação de invasões, das quais se destacaram a Vila Matias e a Vila Dimas, que foram criadas pelo espírito de liderança de Raimundo Matias e Dimas Leopoldino da Silva. Todavia, logo essas invasões foram regula-

dade-satélite de Taguatinga, teve início em fevereiro de 1959 a ocupação por moradores sem-teto de área considerada devoluta. Matias,³⁶ mestre-de-obras, mineiro e juscelinista, 72 anos, chegara em 1958 para trabalhar na construção civil e tornou-se líder desse movimento de fixação:

Vi esta área aqui praticamente livre, então, tomei a iniciativa de montar um barraco e convidei o povo que aqui existia (...) aí o pessoal me acompanhou. (...) Então eu tomei a iniciativa de fazer a cidade aqui, dei cobertura ao povo e começou a luta...

A Vila Matias, tal como foi denominado o local de ocupação do terreno, em homenagem ao seu fundador, abrigou, em apenas uma semana, inúmeras famílias. Mais de dez mil pessoas ali moravam quando conseguiram a legalização das terras e dos lotes, por meio de um processo de luta que levou mais de um ano para ser concluído.³⁷

Durante esse período, muitas contendas ocorreram. Ainda que a cidade-satélite de Taguatinga fosse constituída por barracos, principalmente no atual centro onde hoje se localiza a Administração Regional, esta possuía, na época, um subprefeito e um delegado de polícia. O subprefeito (José Maciel de Paiva) demonstrava pouco interesse no atendimento às reivindicações da população e sequer a recebia em seu gabinete. No caso da ocupação da área da Vila Matias, sua atitude foi contrária à “invasão”. Juntamente com o delegado de polícia, apoiou o aprisionamento, por inúmeras vezes, de Raimundo Matias, considerado o líder do movimento, e inclusive havia denúncia indicando sua participação no atentado contra ele. Os moradores da Vila Matias foram aos poucos se organizando de modo mais eficaz para garantir o

mentadas com o trabalho de locação dos lotes definitivos, embora não tenham deixado de haver inúmeros incidentes, principalmente com a Guarda Rural, que ‘mantinha’ a ordem. Com o passar dos dias, Taguatinga era o porto seguro de todos os chegantes a Brasília, tendo também recebido o pessoal da invasão da W-3 e parte da Vila Amaury, inundada pelas águas do lago”.

³⁶ Entrevista realizada em agosto de 1989.

³⁷ O movimento teve início em fevereiro de 1959 e só foi concluído em abril de 1960.

encaminhamento da luta pelos seus direitos, ou seja, a defesa dos terrenos ocupados e a sua legalização.³⁸ Criaram a Sociedade de Defesa da Vila Matias³⁹ e escolheram uma diretoria para comandá-la, sendo Raimundo Matias eleito presidente da entidade, contando com os associados que ofereciam respaldo para evitar sua prisão. Quando eram intimados, os membros da associação costumavam dirigir-se em grupos à delegacia e só se retiravam quando ele era liberado. As pressões foram se acumulando, chegando ao ponto de ocorrer o apunhalamento do presidente por uma pessoa enviada pela polícia. Diante desse fato, a população teve uma revolta súbita e acabou linchando a pessoa encarregada de matá-lo.

Apesar de a preocupação central ser a luta pela legalização dos terrenos, a Sociedade de Defesa da Vila Matias implementou escolas e posto médico, dadas as precárias condições da infra-estrutura urbana básica. Além de criar a escola, os professores eram pessoas da própria comunidade.

A escola não tinha nada com o governo, era tudo como se diz, de boa vontade. (...) Fazia coleta dos sócios. (...) Era uma mixarizinha, mas dava para comprar o caderno, comprar o lápis. (...) Então, a gente comprava e distribuía na escola (Raimundo Matias).

³⁸ “A polícia daqui foi criada pelo Israel Pinheiro. Aí ele criou essa polícia contra o povo, né, e colocava a polícia pra tirar o pessoal. Mas era muita gente pra tirar, quer dizer, começava a encher dia e noite, quer dizer, quando não estava nessa quadra aqui, aí no outro dia já tinha aquela outra. A noite toda a gente ouvia martelo: pá, pá, pá... E a polícia vinha durante o dia e impedia, a polícia mandada pelo próprio administrador, no caso o próprio Israel Pinheiro. Eles eram contra o loteamento, eles eram contra tudo isso. Eles diziam que essa área pertencia àquele Matarazzo (...) pra dizer que tinha alguém que era dono. Mas as pessoas não intimidavam com isso e continuavam os barracos. Aí foi quando eles mandaram derrubar. Tinha um pessoal que trabalhava na Subprefeitura, na Novacap, aí vinham (e) derrubavam. As casas derrubavam aqui a gente fazia em outro lugar” (José Alcântara, sergipano e marceneiro).

³⁹ “Então, nós só podíamos ter realmente a resistência se nós tivéssemos a sustentação, uma organização legal, e nós fizemos (isso) escolhendo quase a dedo as melhores pessoas que poderiam servir realmente nessa sociedade. E passamos então a atuar dentro dessa organização. (...) Era uma sociedade extremamente organizada, fizemos escola e dávamos assistência médica” (Natalino, baiano, morador da Vila Matias).

O processo de legalização da área, embora tenha passado por vários tipos de impedimentos por parte do subprefeito e do delegado de polícia, recebeu apoio de outros setores do governo. Quando as autoridades perceberam que não havia mais jeito de contornar a situação, devido ao grande número de famílias organizadas morando em Vila Matias, decidiram legalizar os terrenos.

Aí veio o Exército e me deu cobertura para seguir a cidade. (...) O coronel, o general Osmar Soares Dutra, veio aqui e me autorizou, me deu cobertura para seguir a cidade. (...) Tinha o meu advogado que era o doutor Luciano, que foi juiz de direito em Alexânia. (...) Ele e o doutor Severino, que já é falecido, estes dois me apoiaram na luta (Raimundo Matias).

No caso, o general era ligado a Matias e ao presidente Juscelino Kubitschek, do qual era admirador e cabo eleitoral. “Juscelino foi um grande líder popular, quer dizer, um cidadão que merecia crédito... qualquer pessoa conversava com ele.” Segundo a sua versão, Kubitschek, ao tomar conhecimento da ocupação da Vila Matias, deu cobertura à legalização dos terrenos. Essa, porém, só foi efetivada no dia da inauguração de Brasília, ou seja, em 21 de abril de 1960.

Esse processo ficava a cargo da Prefeitura, que loteava os terrenos e os vendia à população. Os preços dos lotes eram fixados pelo Departamento Imobiliário da Novacap, e a construção ficava a cargo dos próprios moradores. A Sociedade de Defesa da Vila Matias não sobreviveu além desse processo, tendo sido extinta logo após a legalização dos lotes. A questão educacional passou para a alçada do governo e, a partir da inauguração de Brasília, foram criadas as escolas da rede oficial, porém os problemas de infra-estrutura básica permaneceram: a energia elétrica foi implantada apenas em 1967 e a rede de esgoto em 1968.

Nesta curta história, o caso da Vila Matias apresenta-se como um momento de êxito na luta pelo direito de morar, no qual a firmeza das lideranças e a perseverança dos moradores venceram as arbitrariedades e os obstáculos criados pelas autoridades locais, demonstrando a força

dos movimentos sociais nascidos de plataformas democráticas e solidárias.

Conclusão

O ponto de partida deste trabalho está ancorado no resgate da memória social de Taguatinga, tendo como eixo as lutas populares vivenciadas pelos moradores da cidade nos seus primeiros anos de vida. Trata-se aqui de uma referência fundamental, visto que as classes subalternas escrevem uma história pautada no seu cotidiano, muitas vezes oculta pela versão oficial das elites dirigentes. Nesse sentido, memória e esquecimento são partes fundamentais da estruturação do exercício do poder e configuram uma relação explícita com o grau de democratização da sociedade em que os movimentos ocorrem.

Brasília constitui uma cidade onde o planejamento urbano se configurou a partir da lógica da construção injusta do seu espaço, fato que gerou os excluídos desse processo de urbanização desde o seu início. Assim, a história da cidade passa a ser forjada no bojo das lutas pela conquista do espaço, tendo como bandeira o direito de morar. A provisoriade dos acampamentos e das favelas aqui instalados desde o final dos anos 1950 foram o estopim para a explosão do plano urbanístico bastante idealizado.

Taguatinga surge como uma resposta improvisada do governo local para lidar com as pressões populares pela fixação das favelas. De fato, a reivindicação dos moradores era no sentido de permanecerem próximos ao Núcleo Bandeirante, local onde se concentravam os bens e serviços básicos capazes de garantir a sobrevivência em patamares mínimos. Contudo, essa demanda era uma ameaça ao sucesso do plano, que prescrevia um núcleo central aquinhoado pela beleza arquitetônica e harmônica da paisagem em molde funcionalista. Agregar a esse cenário a precariedade e a desigualdade dos barracos parecia um atentado à obra de arte urbana.

Assim, a decisão de criar a primeira cidade-satélite a partir da pressão dos migrantes nordestinos afugentados pela seca de 1958 foi

uma saída que manteve a *exclusão* como um componente essencial do acesso à terra no DF. Nesse sentido, Taguatinga, recém-criada, reproduz o mesmo processo anterior: a presença dos sem-teto, daqueles que se situavam fora dos critérios legais de distribuição dos lotes. Vila Matias é uma expressão clara desse quadro: milhares de despossuídos aglutinaram-se em torno da proposta de Raimundo Matias, na esperança de conseguir um espaço para fixar os barracos. Era a retomada da luta pelo direito de morar,⁴⁰ que até hoje se destaca nos movimentos por direitos básicos.

A história de Taguatinga é também uma expressão da presença da *desigualdade* como o critério da construção de Brasília. Ao mesmo tempo em que o Plano Piloto era beneficiado no repasse de verbas públicas para a construção de edifícios e traçado urbano, as cidades-satélites presenciaram durante longos anos os movimentos populares pela conquista da infra-estrutura (água, luz, esgoto, asfalto, escolas, postos de saúde, etc.), transporte e segurança.

Os movimentos vivenciados, desde seu início, expressavam o perfil de carência dos moradores da cidade, além de revelarem o quanto a história urbana local estava comprometida com as lutas sociais. Protestos, manifestações massivas e greves compunham o cenário urbano do início dos anos 1960, deixando explícito que viver na cidade implicava condições dignas, ou seja, exigindo da Subprefeitura local resposta para o cotidiano de privação e exclusão.

Nesse patamar de luta por direitos, os moradores foram conquistando não apenas o *direito à moradia*, mas desdobraram seus movimentos em vários níveis, de modo que pudessem garantir de fato o direito à cidade. Taguatinga hoje, edificada e urbanizada, parece ser fruto dessas inúmeras lutas anônimas que a habitaram desde o seu início, conquistando para os moradores um espaço digno.

⁴⁰ A esse respeito, trabalhos como os de Maria da Glória Gohn, *Lutas pela moradia popular em São Paulo*, tese de livre-docência, USP, 1987 e Linda M. Gondim, "Quando os movimentos sociais se organizam: burocracia *versus* democracia nas associações de moradores", em I. Barreira e E. Nascimento (orgs.), *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*, Ed. Notrya/Sudene/UFCE, 1993, contribuem de forma significativa para o debate sobre o direito de morar.

Bibliografia

- AMMANN, Safira B. "Excluídos sim, invasores não". Em Aldo Paviani, (org.). *Urbanização e metropolização*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987.
- BICALHO DE SOUSA, Nair Heloísa. "O movimento pró-fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista". Em Aldo Paviani (org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991. (Coleção Brasília).
- BICCA, Paulo. "Brasília: mitos e realidade". Em Aldo Paviani (org.). *Brasília: ideologia e realidade*. São Paulo, Projeto, 1985.
- CORREIO BRAZILIENSE. Matérias sobre movimentos populares ocorridos no período de abril de 1960 a março de 1964.
- COSTA, Lúcio. "Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília". *I Seminário de Estudos Urbanos de Brasília*. Brasília, Senado Federal, Comissão do DF, 1974.
- EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality*. University California Press, Berkeley, 1973.
- FERREIRA, Ignez C. B. "O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília". Em Aldo Paviani (org.). *Brasília: ideologia e realidade*. São Paulo, Projeto, 1985.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- KOWARICK, Lúcio e NABIL, Bonduki. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". Em *As lutas sociais e a cidade — São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNRISD, 1988.
- LE GOFF, Jacques. "Memória/História". Em *Enciclopédia Einaudi*, v. I. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LOPES, Wilson. *Taguatinga tem memória — I*. Brasília, Editora Brasília, 1991.
- MATOS, Olgária. "A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças". *Espaço e Debates*. São Paulo, 7, out./dez. 1982.

- NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro, Vitória, 1961.
- NORA, Pièrre. "Memoire collective". Em J. Le Goff; R. Chartier e J. Revel (orgs.). *La nouvelle histoire*. Paris, Retz, 1978.
- OLIVEIRA, Marília L. P. "Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia". Em Aldo Paviani (org.). *Urbanização e metropolização*. Brasília, Editora Universidade de Brasília/Codeplan, 1987.
- PAVIANI, Aldo. "Brasília: metropolização com periferização". *Ciência e Cultura*. São Paulo, 40(11), nov. 1988.
- . "Brasília – as duas faces da capital". Em Aldo Paviani (org.). *Brasília – metrópole em crise*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1989.
- . "A construção injusta do espaço urbano". Em Aldo Paviani (org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.
- QUINTO JR., Luis P. e Iwakami, L. N. *Brasília: o canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração*. NEUR /UnB, 1987. Mimeo.
- RIBEIRO, Gustavo L. "Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades-satélites". *Espaço e Debates*. São Paulo, nº 6, 1982.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Coordenada Ed. de Brasília, 1971.
- SOUSA JR., José G. e Santana, Alaíde. "O direito à moradia". *Revista Humanidades*. Brasília, IV(15), 1987/1988.
- VASCONCELOS, Adirson. *As cidades-satélites de Brasília*. Brasília, Senado Federal, 1988.
- VESENTINI, José W. *A capital da geopolítica*. São Paulo, Ática, 1986.



Gráfica e Editora Brasil Ltda.

SIG - Q.08 - Nº 2378 - Fone: 344-1614
Fax: 344-1613 - Brasília-DF

COLEÇÃO BRASÍLIA

Organizada por
Aldo Paviani

*Urbanização e
metropolização: a gestão dos
conflitos em Brasília
(1987)*

*Brasília: a metrópole em crise
(1989)*

*A conquista da cidade
(1991)*

Outros lançamentos da Editora UnB:

A apreensão da forma da cidade
Maria Elaine Kohlsdorf

Registro de uma vivência
Lucio Costa

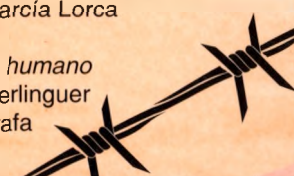
*A minoria próspera
e a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Amigos traiçoeiros
Thiago de Mello
e Sérgio Bath

O espaço da dor
Regina Dalcastagnè

*Obra poética completa
(4ª edição)*
Federico García Lorca

O mercado humano
Giovanni Berlinguer
Volnei Garrafa



BRASÍLIA: MORADIA E EXCLUSÃO

Nesta coletânea colaboram arquitetos, geógrafos, sociólogos, um engenheiro e um antropólogo, que apresentam uma visão abrangente do problema da moradia. Ao mesmo tempo em que fazem críticas à falta de uma política habitacional, levantam possibilidades de solução e propõem instrumentos de ação para a mudança dessa realidade, entre eles o uso mais democrático dos recursos públicos (como a terra) e a distribuição dos bens de uso e de consumo coletivo de forma equitativa e socializada.

Esta obra, que constitui material de referência para professores, estudantes e pesquisadores, é também recomendada para políticos, administradores e membros de equipes de planejamento urbano, bem como para empresários desejosos de entender as especificidades da urbanização em Brasília.

O livro está dividido em duas grandes áreas temáticas: a primeira trata de habitação, história, instituições e espaço urbano, da comercialização de habitações populares, o uso do FGTS como recurso para a habitação popular e sua apropriação pelas grandes incorporadoras, além de estudos de caso sobre Taguatinga e Vila Planalto; a segunda área temática trata da gestão urbana, de trabalho e de exclusão, com artigos versando sobre a especulação imobiliária no DF, sobre a urbanização com periferização e sobre o crescimento metropolitano para além dos limites do DF. São discutidos ainda habitação e emprego, enfocando a política habitacional de interesse social.

ISBN: 85-230-0420-3
COD. EDU: 17965

